



## **POLÍTICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO RURAL: A PERCEPÇÃO DOS MEDIADORES DO QUE SE TEM FEITO PELO GOVERNO DO TOCANTINS**

***PUBLIC POLICIES FOR RURAL DEVELOPMENT: MEDIATORS 'PERCEPTION OF WHAT HAS BEEN DONE BY THE TOCANTINS GOVERNMENT***

**Diego Neves de Sousa**  
**Embrapa Pesca e Aquicultura**  
**diego.sousa@embrapa.br**

**Michele Silva Costa Sousa**  
**Universidade Federal do Tocantins**  
**michele2\_sc@yahoo.com.br**

**Waldecy Rodrigues**  
**Universidade Federal do Tocantins**  
**waldecy@terra.com.br**

**<< GT5. Agricultura familiar e ruralidades >>**

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas para a agricultura familiar criadas pelo governo do Tocantins na percepção de 80 mediadores sociais. Na metodologia utilizou-se de entrevistas. Conclui-se que a maioria das políticas conhecidas como “estaduais” pelos mediadores são fomentadas por recursos federais, mas executadas por órgãos do estado, como é o caso das políticas públicas: Compra Direta e Terra Forte.

**Palavras-chave:** Agricultores familiares. Compra Direta. Desenvolvimento Rural. Terra Forte.

### **Abstract**

*This article aims to analyze public policies for family farming created by the government of the Tocantins in the perception of 80 social mediators. In the methodology, interviews were used. It is concluded that most of the policies known as “state” by the mediators are promoted with federal resources, but are carried out by state agencies, as is the case of public policies: Compra Direta and Terra Forte.*

**Key words:** Family farmers. Compra Direta. Rural Development. Terra Forte.

## **1. Introdução**

Diante do reconhecimento da agricultura familiar enquanto categoria social, produtiva e política na década de 1990, diversas políticas públicas foram formuladas com o intuito de garantir sua reprodução social e consolidar seu papel de produtora de alimentos (PICOLOTTO, 2014; ESQUERDO e BERGAMASCO, 2014; GRISA e SCHNEIDER, 2014). A categoria agricultura familiar envolve uma enorme diversidade de públicos, os quais têm na família a base estruturante de suas formas de produção e organização do trabalho. A importância da agricultura familiar foi reconhecida ao ser associada a modos específicos de vida, valores culturais e modos de reprodução socioeconômica atrelados a realidade de cada público (NIEDERLE, 2017; SOUSA, 2019). De certa forma, este é um marco importante, que representa a inserção na agenda pública de atores sociais que historicamente estiveram à margem de políticas públicas.

Contudo, esse reconhecimento não deve ser entendido como mera formalidade, mas motivador de novos cenários, como sugere Picolotto (2014): (a) de aumento da importância



política do agricultor familiar e dos atores que se constituíram como seus representantes; (b) de reconhecimento institucional propiciado pela definição de espaços no Estado, criação de políticas públicas e da Lei da Agricultura Familiar (Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006); e (c) de reversão das valorações negativas que eram atribuídas a esta agricultura (atrasada, ineficiente e inadequada) para o entendimento como uma agricultura que busca ser moderna, eficiente, sustentável, diversificada, solidária e produtora de alimentos.

O Tocantins conta com aproximadamente 43 mil agricultores familiares, que contribuem com 40% do valor bruto da produção agropecuária e ocupam 50% das áreas destinadas à agricultura, o que representa 76% dos estabelecimentos (TOCANTINS, 2019). Isso indica a importância da agricultura familiar no estado, sendo associada a modos de vida e de reprodução pautados por repertórios culturais específicos e diversificados. A escolha deste estado se justifica em face dos problemas estruturais de ação do estado e também de falta de estruturas mínimas dos próprios agricultores que podem dificultar os processos de inclusão produtiva (SOUSA, 2019).

Neste contexto, este artigo tem como objetivo analisar as políticas públicas para a agricultura familiar criadas pelo governo do Tocantins na percepção de mediadores. Nos procedimentos metodológicos utilizou-se da análise documental e de entrevistas semiestruturadas. Estas foram realizadas com 80 mediadores sociais que atuam com os diferentes grupos de agricultores familiares tocantinenses.

## 2. Resultados e discussão

O estado do Tocantins foi criado em 1988 junto à promulgação da Constituição Federal brasileira. De lá até hoje não se viu políticas estaduais significativas direcionadas aos agricultores familiares e que são referências a este público, a não ser políticas federais que foram descentralizadas para serem executadas por órgãos públicos estaduais.

Na presente investigação, poucas foram as políticas estaduais citadas pelos mediadores seja por não terem experiência com tal política, por desconhecerem-na ou, ainda, por nunca terem ouvido alguém propagá-la.

Quanto às políticas públicas que foram descritas houve divergência de referencial, ou seja, foram consideradas pelos mediadores como políticas estaduais mesmo sua origem sendo de ordem federal. Uma das explicações é que algumas políticas nacionais são executadas por órgãos do governo estadual, como ocorre com o Compra Direta, que é uma modalidade do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e que tem o Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruralins) como órgão responsável pela gestão, visto que tem significativa capilaridade entre os municípios tocantinenses. Dentre outros exemplos, citam-se a Política Nacional de Alimentação Escolar (Pnae) que é executada pelas prefeituras municipais e o Programa Terra Forte que é executado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Aquicultura do Estado do Tocantins (Seagro).

Outra questão pontuada pelos mediadores é que nunca existiu uma estrutura governamental que tivesse orçamento e que cuidasse especificamente dos públicos da agricultura familiar tocantinense. Nesta mesma direção, os entrevistados sinalizam para a importância de serem formuladas políticas públicas estaduais para atender as reais necessidades da região e, assim, buscar a consolidação de setores ou atividades em potenciais. Isto deve ser considerado indispensável no atual momento visto a conjuntura de desmonte das políticas nacionais, o que torna o estado do Tocantins ainda mais relevante na proposição de políticas específicas adequadas à realidade regional.

Em suma, verificou-se com os relatos dos mediadores que o apoio do estado do Tocantins para o fortalecimento das políticas públicas da agricultura familiar é irrisório. Das



políticas “estaduais” citadas tiveram destaque o Compra Direta e com menos expressividade o Programa Terra Forte, mesmo assim são fomentadas com recurso federal.

O Compra Direta é uma modalidade do PAA que permite a aquisição de determinados produtos da agricultura familiar a preços de referência definidos pelo grupo gestor deste Programa do PAA, a fim de regular com precisão os preços do mercado regional.

Os mediadores destacam o quanto o Compra Direta projetou distintos grupos formais (e informais) da agricultura familiar para a produção e comercialização, o que antes não era factível com a realidade desta categoria social. Outro ponto fundamental é considerado uma política que dinamiza a economia local, sobretudo dos municípios que têm baixo dinamismo econômico.

A segunda política “estadual” mais citada, ainda que timidamente, foi o Programa Terra Forte que tem por objetivo apoiar e promover a modernização de empreendimentos coletivos agroindustriais em Projetos de Assentamento da Reforma Agrária, criados ou reconhecidos pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá), em todo o território nacional. No Tocantins, o Programa é coordenado pela Seagro. Foi mais uma política com um referencial divergente. Infere-se, ainda, que os mediadores se referem aos beneficiários do referido Programa de maneira genérica, ou seja, como qualquer grupo de agricultores familiares, embora na finalidade do Terra Forte constem somente os assentados da reforma agrária, isso porque o Incra é a instituição que media as ações desta política.

Segundo alguns entrevistados, o Programa Terra Forte foi a única política para a agricultura familiar que o estado criou nos últimos anos. Tal ação respaldou na aquisição de máquinas e equipamentos agrícolas para o sistema de produção dos agricultores familiares, como trator, grade, roçadeira, plantadeira e pulverizador que foram comprados para todas prefeituras municipais que abrange o Tocantins.

Segundo dados do Governo do Tocantins (2017), o mencionado Programa até o ano de 2017 tinha comprado 680 tratores e distribuído para os 139 municípios, pelos quais cada conjunto de maquinários atende em média a 60 propriedades rurais. No total foram beneficiadas mais de 14.4000 famílias de agricultores. Os resultados obtidos com o Programa Terra Forte estão estritamente ligados à instrumentalização dos agricultores para viabilizar o acesso as tecnologias que outrora eram restritas, sejam por falta de conhecimento ou por falta de recursos para adquiri-las. A esse respeito, um entrevistado ressalta que esta ação foi útil, mas não solucionou o problema dos agricultores porque nem todos foram atendidos por esta política.

Destaca-se a crítica feita por uma mediadora acerca da maneira como tem-se procedido os repasses dos maquinários. Anteriormente eram entregues para as prefeituras e associações e neste momento exclusivamente para as prefeituras municipais. De maneira geral, esse entendimento está equivocado decorrente da falta de diálogo entre as partes e pela indefinição de responsabilidades de cada ator partícipe na execução da política. Uma das propostas para minimizar esses gargalos diagnosticados é a necessidade que esteja explícita no Termo de Compromisso assinado pelo prefeito a garantia de que todo tipo de maquinário recebido pelo Terra Forte tenha que ser chipado.

Além do Compra Direta e do Terra Forte, outras quatro políticas “tidas como estaduais” foram citadas, mas sem grande expressividade, quais sejam: Quintal Verde, Programa Bacia Leiteira, Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais e o Sistema Integrado de Produção de Alimentos (conhecido por Sisteminha).

### 3. Conclusões

Os resultados aqui apresentados evidenciam que a maioria das políticas conhecidas como “estaduais” são fomentadas por recursos federais, mas executadas por órgãos do estado,



como é o caso do Compra Direta e do Terra Forte. Portanto, esta situação pode incorrer num processo equivocado de tradução. Isto é, determinada política federal é conhecida pelos mediadores como de âmbito estadual, apesar de ser de cunho federal, acarretando em uma referência imprecisa decorrente da forma que foi traduzida pelos mediadores.

## Referências

ESQUERDO, V. F. S; BERGAMASCO, S. M. P. P. Análise sobre o acesso aos programas de políticas públicas da agricultura familiar nos municípios do Circuito das Frutas (SP). **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 205-222, 2014. Disponível em:

[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20032014000600011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20032014000600011). Acesso em 12 abr. 2019.

GRISA, C; SCHNEIDER, S. Três gerações de políticas públicas para a agricultura familiar e formas de interação entre sociedade e Estado no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p. 125-146, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2DXQo33>. Acesso em 16 set. 2018.

NIEDERLE, P. A. Afinal, que inclusão produtiva? A contribuição dos novos mercados alimentares. *In*: DELGADO, G. C; BERGAMASCO, S. M. P. P. (org.). **Agricultura familiar brasileira: desafios e perspectivas de futuro**. Brasília: MDA, 2017. p. 166-194.

PICOLOTTO, E. L. Os atores da construção da categoria agricultura familiar no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 52, p.63-84, 2014. Disponível em: <https://bit.ly/2rmvkk7>. Acesso em 02 fev. 2018.

SOUSA, D. N. **Mediadores sociais e políticas públicas de inclusão produtiva da agricultura familiar no Tocantins**: (des)conexões entre referenciais, ideias e práticas. 2019. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

TOCANTINS. Governo do Estado. Governador garante cerca de R\$ 15 milhões para fortalecimento da agricultura familiar. 2017. Disponível em: <https://bit.ly/2HN4NSz>. Acesso em: 09 jan. 2019.

TOCANTINS. Secretaria de Agricultura, Pecuária e Aquicultura – SEAGRO. **Agricultura familiar**. 2019. Disponível em: <https://bit.ly/36o9TPm>. Acesso em: 23 jan. 2019.